

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

EDUCAÇÃO E COMBATE AO RACISMO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago¹
Esther Luiza de Lemos Souza²
Leonardo Soares da Mota³
Sabrina Santana da Silva⁴
Vilma Jara da Silva⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo aproximações o debate da questão étnico-racial, formação profissional em Serviço Social e Educação. É fruto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da graduação e mestrado em Serviço Social. A problemática central é: qual educação e formação profissional em Serviço Social podem contribuir no combate ao racismo estrutural no Brasil? Tendo como referência teórico-metodológica a tradição marxista, com base em pesquisa bibliográfica e documental, o presente trabalho tem como referência pesquisas de assistentes sociais negras que, juntamente com movimento negro e entidades representativas, tem investido e mobilizado a categoria no aprofundamento e enfrentamento do racismo no Brasil. No âmbito da formação profissional considera como marco inicial a publicação pela ABEPSS em 2018 do documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional”.

Palavras-chave: Educação; Formação Profissional em Serviço Social; Questão étnico-racial

ABSTRACT

The present work has as object of study approximations the debate of the ethnic-racial question, professional formation in Social Work and Education. It is the result of teaching, research and extension activities, within the scope of graduation and master's degrees in Social Work. The central issue is: what education and professional training in Social Work can contribute to the fight against structural racism in Brazil? Having the Marxist tradition as a theoretical-methodological reference, based on bibliographical and documental research, the present work

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Doutora em Serviço Social. E-mail: cleonilda1964@gmail.com.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Doutora em Serviço Social. E-mail: estherlemos@gmail.com.

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestrando em Serviço Social. E-mail: leonardosoares201413@gmail.com.

⁴ Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestranda em Serviço Social. E-mail: sssabrina063@gmail.com.

⁵ Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestranda em Serviço Social. E-mail: vilma.sh23@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SAO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

has as reference researches of black social workers who, together with representative entities, have invested and mobilized the category in the deepening and confrontation of racism in Brazil. In the field of professional training, it considers the publication by ABEPSS in 2018 of the document “Subsidies for the debate on the ethnic-racial issue in professional training” as a starting point”.

Keywords: Education; Professional Training in Social Work; ethnic-racial issue.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto dos recentes estudos que articulam educação, formação profissional e questão étnico-racial como necessidade histórica para objetivação dos princípios que orientam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, particularmente na região oeste do Paraná. Nasceu do reconhecimento da necessidade de apropriação coletiva sobre a questão étnico-racial e da autocrítica sobre a lacuna existente e urgência da área em formar novos quadros profissionais para o enfrentamento do racismo estrutural no país e sua desnaturalização.

Expressa uma iniciativa que começou em 2018 por meio de projeto de extensão universitária no contexto da Campanha Nacional “Assistentes Sociais no combate ao racismo” promovida pelo conjunto CFESS/CRESS, proposto pelo curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Toledo, envolvendo demais cursos. As ações de extensão potencializaram a mobilização para inserção do conteúdo na estrutura curricular da graduação e a partir de 2022 na pós-graduação com a inserção do tema de investigação nos projetos de pesquisa propostos por discentes egressos da graduação juntamente com docentes do curso.

Sendo assim, o presente trabalho demarca uma iniciativa inicial que articula ensino, pesquisa e extensão, graduação e pós-graduação, docentes e discentes de uma universidade pública localizada no sul do Brasil, no extremo oeste do Paraná, marcadamente caracterizada pelos processos de modernização conservadora. É uma primeira iniciativa de articulação de temáticas de estudo com o objetivo de socializar a reflexão acumulada como sujeitos históricos, determinados no tempo e espaço e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

que expressam no cotidiano a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, p. 24).

A problemática apresentada neste trabalho tem como referência a questão: qual educação e formação profissional em Serviço Social podem contribuir no combate ao racismo estrutural no Brasil?

Tal questão parte da referência teórico-crítica e análise de Mészáros (2005) que, no campo da tradição marxista, fundamenta que sob o domínio do capital, a educação tem um objetivo centralizador na internalização de valores que asseguram os parâmetros reprodutores do capital, pautando a necessidade de uma *educação para além do capital*.

O contexto da problemática envolve tanto a necessidade e investimento coletivo da formação de novos quadros profissionais com competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política no âmbito da formação profissional (ELPÍDIO, 2020) quanto do trabalho profissional em todos os espaços sócio-ocupacionais e todas as políticas sociais que se constituem mercado de trabalho para assistentes sociais (SILVA, 2023). Entre estas, destacamos a política de educação básica com a aprovação da Lei nº 13.935/2019 que define a inserção de assistentes sociais e psicólogos(as) na rede pública de educação básica.

As profundas desigualdades que marcam as relações sociais no Brasil, se intensificam no que diz respeito à questão étnico-racial. Particularmente no âmbito da educação, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os indicadores relacionados a trajetória da população negra na educação apresentou melhoras entre os anos de 2016 e 2018, pois a taxa de analfabetismo foi de 9,8% para 9,1% e o percentual de pessoas adultas com ensino médio completo se ampliou de 37,3% para 40%, porém não o suficiente para se equiparar ao indicadores da população branca, com uma taxa de analfabetismo de 3,9% e um percentual de 55,8% de conclusão do ensino médio. Além disso, cerca de 36,1% de jovens (entre 18 e 24 anos) que se declaravam brancos frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior, quase o dobro do percentual daqueles que se consideravam negros, com 18,23%. Tanto no urbano (6,8%) como no rural (20,7%), a população negra concentra

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a maior taxa de analfabetismo, isso também se repete na taxa de conclusão do ensino médio que entre jovens negros é de 61,8% enquanto a taxa da população branca é de 76,8%. Atualmente estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%), contudo, seguem sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população (IBGE, 2019).

Com base em pesquisa bibliográfica e documental, o presente trabalho tem como referência pesquisas de assistentes sociais negras que, junto ao movimento negro e entidades representativas, tem investido e mobilizado a categoria no aprofundamento da pesquisa e enfrentamento do racismo no Brasil

2 A formação socio-histórica brasileira e o racismo estrutural: movimentos sociais e ações afirmativas na educação

Partimos da compreensão de que existe intrínseca relação e conexão entre educação e manutenção do racismo no contexto da formação sócio-histórica brasileira (ALMEIDA, 2015; EURICO & PASSOS, 2022; SILVA, 2023). O desenvolvimento dessa formação, marcada por processos particulares, só pode ser entendida a partir da análise da indissociabilidade entre capitalismo e a questão racial.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro se forjou através do processo de modernização conservadora, com uma economia marcada pela dependência do mercado mundial, essa relação entre dominação imperialista e desigualdade interna aprofundou as desigualdades sociais, regionais e econômicas (IAMAMOTO, 2014). O racismo é parte constitutiva desse processo, pois a construção social e política da raça, o colonialismo, a escravidão, a transição gradual para o trabalho assalariado e a dinamização do preconceito de cor deram o sentido e organização a constituição do capitalismo brasileiro.

Nos termos de Moura (1988), a ideologia de rejeição total a força de trabalho negra, as estratégias de imobilismo social e a busca pela mão de obra europeia fazem parte de uma hierarquização baseada na raça que estabelece uma escala de valores em que tudo que é negro é ruim, inclusive o trabalho. Portanto, todo trabalho intelectual, nobre e qualificado deve ser exercido por brancos, enquanto que para a população negra, numa relação previamente determinada de precarização, cabe o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

construção de uma lógica contrária à naturalização das desigualdades, entre elas a étnico-racial (ALMEIDA, 2018).

A formação social, econômica, política e cultural brasileira carrega em seu cerne desigualdades históricas frutos do processo de escravização, nas relações sociais e de poder entre escravos e senhores, negros e brancos e indígenas. A naturalização da “questão social”, nas suas expressões de pobreza, exploração, falta de possibilidades de estudos, desrespeito cultural, entre outras questões, se apresentavam - e se apresentam na contemporaneidade - de forma aberta e aceita por grande parte da sociedade. Esta se expressa na educação, na qual a política educacional possibilita àqueles que têm condições financeiras, a alternativa de escolha entre a ofertada do curso a frequentar, enquanto à classe trabalhadora restam, quando driblada a evasão, os cursos profissionalizantes para a ingressão o mais rápido possível no mercado de trabalho.

As comunidades quilombolas, as mulheres negras, as religiões de matriz africana, a juventude negra, o movimento do hip-hop e sobre tudo os movimentos negros no país historicamente tem denunciado e colocado em xeque a chamada democracia racial (CARDOSO, 2013). As lutas antirracistas promoveram no campo da educação mudanças e avanços significativos no sentido de construir o enfrentamento da questão racial (SILVA, 2023).

Segundo Gomes; Silva; Brito (2021, p. 4) o “reconhecimento público do Estado brasileiro de que o racismo está presente na estrutura do nosso país” e que, assim sendo, se faz necessário enfrentá-lo, deu-se como resposta do governo federal, na pessoa do então presidente Fernando Henrique Cardoso, à Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, sendo um marco decisivo no processo de “reivindicações por políticas de ações afirmativas para a população negra”. Contudo, é somente a partir de 2003 que a “demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada” (BRASIL, 2004, p. 11).

No primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal assumiu para si o papel de “propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade” (BRASIL, 2004, p.8) e

PROMOÇÃO



APOIO



declarando “o compromisso de eliminar as desigualdades raciais” através de um “conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais” (BRASIL, 2004, p.12) que compunham um programa de ações afirmativas.

Entre essas ações, destacam-se inicialmente a Lei nº 10.639/03 que determinou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, a criação em 2003 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que passou a ter status de ministério em 2008, permanecendo assim até 2015, e a institucionalização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ainda em 2003.

Os autores Gomes; Silva; Brito (2021) apontam que essas políticas não existiriam se não fosse pela atuação do Movimento Negro”, reforçando que:

[...] os saberes construídos pela população negra ao longo da sua trajetória social, cultural, política e nas lutas antirracistas são organizados e sistematizados pelo movimento negro, o qual também atua como um produtor de saberes, ajuda-nos a entender a trajetória histórica e política de várias reivindicações desse movimento social, ao longo do século XX, algumas das quais surgiram como protesto e denúncia e alcançaram o status de políticas públicas no século XXI. (GOMES; SILVA; BRITO, 2021, p. 4)

As próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana reconhecem essas políticas como frutos das “reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX” (BRASIL, 2004, p.8).

No documento, pontua-se o conceito de raça como uma “construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros” (BRASIL, 2004, p.13). Através dele, o governo assumiu a responsabilidade de “reeducar as relações étnico-raciais” (BRASIL, 2004, p.14) no país, assim como reconheceu a sujeição da Educação ao crime do Racismo, destacando a necessidade de valorização da história e cultura afro-brasileira. Essa não se limita ao Movimento Negro ou a pesquisadores do tema, mas “diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p.17).

Duas décadas se passaram e a efetivação da Lei nº 10.639/03 enfrentou diversos obstáculos, alguns já previstos nos próprios documentos da época, como a

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

dependência de “condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens” (BRASIL, 2004, p. 13), e outros que se puseram a partir das mudanças no cenário político nacional, evidenciadas pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro, que culminaram na “diminuição do orçamento, fiscalização ideológica da ação de educadoras e educadores críticos às desigualdades na sociedade e ao próprio governo federal” (GOMES; SILVA; BRITO, 2021, p.9), assim como na perda de espaços de poder, haja visto a gestão da Fundação Cultural Palmares durante o governo Bolsonaro, a extinção do Ministério da Cultura e do Programa 2034: Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo e a brusca redução no orçamento da Seppir.

No decorrer desses 20 anos, outra política ganhou centralidade no debate das ações afirmativas, trata-se da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, que estabeleceu “as diretrizes e regras sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio” (BRASIL, 2022), determinando a reserva de:

[...] no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública (critério de escolaridade), com renda per capita de até um salário-mínimo e meio (critério socioeconômico), com distribuição proporcional das vagas entre pretos, pardos, indígenas (critério étnico-racial) e pessoas com deficiência, de acordo com a proporção destes grupos no estado da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (BRASIL, 2022).

Mesmo antes da Lei nº 12.711/2012, a política de cotas raciais já estava em prática em alguns estados brasileiros, como no Rio de Janeiro que em 2001 teve a Lei nº 3.708/2001 aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), a qual passou a vigorar na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Em 2002, a política de cotas foi adotada também pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e em 2004 a Universidade de Brasília (UNB) foi a primeira instituição pública federal de ensino superior a aprovar a política. Cada instituição implementou a medida a partir de suas realidades (GOMES; SILVA; BRITO, 2021).

Diversos estudos e pesquisas sobre os impactos da Lei nº 12.711/2012 têm evidenciado a efetividade da mesma e registram o aumento da população de pretos e

PROMOÇÃO



APOIO



pardos no Ensino Superior. Segundo a Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil, “antes da aprovação da Lei, em 2010, apenas 6% das matrículas eram realizadas em vagas destinadas a ação afirmativa”, em 2019 esse percentual chegou a 35%. Os dados sobre os que concluíram a graduação apontam um maior percentual para o grupo “pardos”, com 47,2%, sendo que “brancos” são 40,4%, “pretos” 39,2%, “amarelos” 38,7% e “indígenas” 36%.

A Lei de Cotas tem sido alvo de ataques, disputas e polêmicas. Em 2022 iniciou-se sua revisão por parte do Ministério da Educação. Diversos projetos em tramitação na Câmara dos Deputado propõem mudanças nessa lei, desde sua consolidação em caráter permanente, até a retirada do recorte racial, e mesmo a extinção da própria lei. Ou seja, mesmo após 10 anos de sua aprovação, a efetivação e continuidade de Lei de Cotas permanece em disputa exigindo da categoria mobilização e intervenção acadêmico-profissional.

3 Educação, Serviço Social e os Subsídios para debate étnico-racial na formação profissional

O Serviço Social como profissão inserida na divisão técnica, social, sexual e étnico-racial do trabalho, compreende que o debate das relações sociais de sexo e étnico-racial estão presentes nas relações de trabalho, interferindo substancialmente nos salários e nos espaços ofertados. De acordo com Raichelis (2020), a categoria profissional desde a aprovação do Código de Ética de 1993 que inclui princípios fundamentais para o trabalho profissional das(os) assistentes sociais, vem desafiando a categoria ao “[...] combate a todas as formas de discriminação e preconceito o que desde então nos convoca a enfrentar o debate sobre o racismo estrutural e institucional, a sociedade patriarcal e as desigualdades de gênero, na esfera pública e privada” (RAICHELIS, 2020, p. 14).

Mediante tais princípios fundamentais defendidos pela categoria profissional novas exigências se colocam para a formação profissional na luta pela defesa dos direitos sociais: o desafio da desnaturalização da “questão social” como ponto primordial na relação entre Estado e sociedade, entre política econômica e social; o

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

combate ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Neste sentido exige uma concepção de educação que ultrapasse as relações de preconceito e discriminação que afetam profundamente os direitos sociais, econômicos e culturais da classe trabalhadora.

Destacamos, assim, o importante papel do processo educativo, das escolas e das universidades para o desenvolvimento humano social, na compreensão de que a educação, tem uma função social no conjunto das configurações das sociabilidades, não sendo o processo educativo mera transmissão de conhecimento. É essencial compreender que nos procedimentos educativos, de acordo com Marx e Engels (1992), homens e mulheres, constituídos em classe social, produz as suas representações, suas ideias, sua forma de trabalho e sua educação em determinado contexto de desenvolvimento das forças produtivas.

Logo, como consequência da ação humana e da interação das relações sociais, a educação se constitui como um conhecimento adquirido no processo existencial. Na sociabilidade capitalista estamos sempre apreendendo e ensinando algo por meio da força e do rumo das bases materiais, com forte influências das forças produtivas, em um movimento de permanente busca de acumulação.

Portanto, pensar na importância de uma educação e na formação profissional em Serviço Social que contribua para o combate ao racismo estrutural no Brasil, conduz a compreensão e análise crítica das relações postas em sociedade, como parte constitutiva da construção histórica movida por homens e mulheres.

Pensar em uma transformação societária, de acordo com Mészáros (2005), significa enfrentar o desafio da conscientização das contradições do capital, da mudança das condições objetivas de reprodução da sociedade, na apreensão de que:

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2005, p. 65, grifo do autor).

A possibilidade da *automudança consciente dos indivíduos* é um processo histórico, determinante e determinado pela possibilidade de *criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente*. O significado social da profissão e o projeto

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ético-político profissional se inserem exatamente neste campo de possibilidades movidos por sujeitos históricos concretos.

A formação profissional em Serviço Social, ao entrar em diálogo com a realidade do trabalho profissional, não abriu espontaneamente espaço para a pauta antirracista (ROCHA, 2009; 2014). No entanto, em resposta a esse desafio, o presente trabalho reconhece que a questão étnico-racial passou a ganhar destaque na categoria por meio da articulação estabelecida com movimentos sociais, especialmente o movimento negro, como o protagonismo de pesquisadores(as) negros e negras, tanto estudantes como profissionais.

O reconhecimento da diversidade étnico-racial e o enfrentamento das desigualdades sociais são elementos fundamentais no trabalho profissional comprometido com a justiça social. Portanto, é crucial considerar a perspectiva étnico-racial como um elemento fundamental na formação profissional de assistentes sociais.

No âmbito da formação profissional no Brasil, o marco histórico do compromisso com uma formação antirracista foi a publicação do documento "*Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*". O documento foi apresentado no XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), realizado em Vitória (ES) e aprovado na Assembleia Geral da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS em 2018. Esse documento, busca fornecer diretrizes e orientações para a inclusão efetiva da perspectiva étnico-racial na formação das/dos assistentes sociais.

Os subsídios destacam a importância de incluir nos currículos acadêmicos, disciplinas que abordem o racismo estrutural, as relações étnico-raciais, a história da população negra e indígena no Brasil, assim como as políticas de ação afirmativa e as estratégias de combate às desigualdades raciais. Além disso, é essencial que os estudantes tenham acesso a estágios e vivências práticas que os coloquem em contato direto com as demandas e as lutas desses grupos.

A formação profissional em Serviço Social, tendo como marco o documento em questão, vai além do reconhecimento da diversidade étnico-racial, buscando uma abordagem crítica que questione as estruturas e os mecanismos de opressão presentes na sociedade capitalista.

PROMOÇÃO



APOIO



Além disso, o documento enfatiza a importância do diálogo com os movimentos sociais e organizações representativas da população negra e indígena. A formação em Serviço Social deve estimular o engajamento dos estudantes com esses grupos, fomentando a participação ativa em suas lutas e ações coletivas.

Ademais, o documento destaca a necessidade de uma formação contínua ao longo da carreira profissional, de modo a acompanhar os avanços teóricos e práticos relacionados à questão étnico-racial. Isso implica a busca constante por atualização e aperfeiçoamento, por meio de cursos, seminários, grupos de estudos e outras formas de aprendizado.

3 CONCLUSÃO

Faz-se, assim, urgente para a categoria profissional das(os) assistentes sociais, uma retomada analítica da função social da educação, enquanto conhecimento e prática. É imperativo a compreensão e análise de que a função social da educação, enquanto complexo social constitutivo das relações sociais, deve ser capaz de provocar o processo de descoberta e a tomada de consciência, no processo de *automudança consciente*, no qual a educação pode agir como mediação concreta.

Essas condições estão sempre suscitando a abordagem do método dialético, na perspectiva histórica da totalidade social, tendo como ponto central de análise a tomada de consciência real como uma das formas de constituição da transformação social.

Um caminho histórico que deve romper com valores e atitudes que impedem homens e mulheres de fazerem história, que coíbem sua autodeterminação, liberdade e autonomia; em outras palavras, que possibilitem a desnaturalização de todas as formas de opressão, exploração e dominação.

Enfrentando o desafio de incidir com mais efetividade na política de formação profissional a gestão “Aqui se respira luta” (2021 – 2022) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABPESS lançou a Plataforma Antirracista publicando em seu site, de forma pública e de livre acesso, conteúdos organizados por temáticas e assuntos que visibilizam o acúmulo da produção de conhecimento na

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

área. Conhecimento este mobilizado, aglutinado e coordenado pelo Grupo Temático de Pesquisa – GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”, central na contribuição da área para o combate ao racismo no Brasil.

Desnaturalizar o racismo, enfrentar o preconceito e discriminação racial no Brasil é imperativo ético-político que convoca pesquisas e pesquisadores na formação e no trabalho profissional

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres”.

Rosa Luxemburgo

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional**, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 23 jun 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. *TEMPORALIS*, Brasília: ABEPSS, v. 15, p. 311-333, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182/7483>. Acesso em: 22 jun 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Cotas: nota de esclarecimento**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/notas/lei-de-cotas>. Acesso em: 23 jun 2023.

CARDOSO, Francilene. Memória e luta política do movimento negro no Brasil. *Libertas: Faculdade Serv. Soc., Juiz de Fora*, v. 13, n. 1, p. 73 - 94, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18256/9497>. Acesso em: 22 jun 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**, 10ª. ed. rev. e atual. Brasília : Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 22 jun 2023.

ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katalysis**, v. 23, p. 519-527, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6h7XvN5pc9v4H4MJF8DkHSb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 mai 2023.

EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Raquel Gouvea . Democracia e lutas antirracistas. **EM PAUTA**, v. 20, p. 125-136, 2022. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/68511/42833>. Acesso em: 25 mai 2023.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B. DA.; BRITO, J. E. DE. Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8º ed.. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 19 mai 2023.

LEPES. **Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/pesquisa-avaliacao-lei-de-cotas-lepes-acao-educativa.pdf>. Acesso em: 23 jun 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich: **Textos sobre educação e ensino**. Tradução Rubens Educado Frias. São Paulo: Centauro, 1992.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Brasília, 2020.

ROCHA, R. F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 99, p. 540-561, 2009.

ROCHA, R. F.. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In: Maria Beatriz Abramides; Maria Lúcia Duriguetto. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, p. 296-311, 2014.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SILVA, Ana Paula Procópio da. Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio ao serviço social contemporâneo. **Katalysis**, v. 25, p. 177-178, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/PDYfHLLkx9jm9BLSRTXh9Kvn/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 jun 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

